

Afg n^o 2

Assemblages



PROPOSTA

Considerando que:

- i. A Mata Nacional de Leiria representava a maior mancha florestal em território nacional, de propriedade e gestão públicas, com uma área aproximada de 11 mil hectares e uma história que remonta a mais de 700 anos;
- ii. Esta mata nacional foi recentemente vítima de um fogo que se estima ter destruído mais 80% da sua área, tratando-se de uma enorme perda do ponto de vista social, económico, ambiental e histórico, com relevância nacional, mas em especial para o concelho e freguesia da Marinha Grande;
- iii. Iniciaram recentemente os trabalhos de proteção dos recursos hídricos locais do processo de erosão dos solos e arrastamento de cinzas que, além de atrasado, aparenta ser insuficiente, pois tratou-se apenas de uma ação pontual no Ribeiro de São Pedro de Moel;
- iv. Os trabalhos suprarreferidos não podem esperar mais, pois deveriam ter sido executados antes das primeiras chuvas;

O Bloco de Esquerda propõe, em Assembleia de Freguesia da Marinha Grande, a 28 de Dezembro de 2017, que a Junta de Freguesia:

1. Apele ao ICNF para dar continuidade aos trabalhos realizados no Ribeiro de São Pedro de Moel nas restantes áreas ardidas, onde o risco de erosão e contaminação de águas seja mais elevado;
2. Apele à Câmara Municipal para disponibilizar mais meios operacionais para realização de trabalhos de proteção dos solos e cursos de água, por forma a reforçar os meios do ICNF e concretizar os trabalhos com a maior brevidade;
3. Mostre disponibilidade à Câmara Municipal e ao ICNF para colaborar nos trabalhos de emergência para proteção de solos e cursos de água;

Sesinando Araújo

Membro da Assembleia de Freguesia pelo BE



MOÇÃO

“Defender o SAP 24 Horas: Defender a saúde pública”

Face aos acontecimentos recentes que trouxeram a público o agravamento das condições no SAP 24 Horas, no Centro de Saúde da Marinha Grande e nas suas extensões, considera esta Assembleia de Freguesia imperioso defender este serviço público essencial às populações, contrariando aquela que parece ser a intenção do Ministério da Saúde de encerrar o SAP. Uma intenção comprovada pela actual prática instituída de manter este serviço encerrado às segundas e sextas feiras, entre as 8 e as 20 horas ou pelos vários períodos de tempo em que este esteve sem um único médico de serviço.

Apesar das promessas feitas há cerca de dois anos pela ACES Leiria, subscritas pela Câmara Municipal da Marinha Grande (CMMG), as condições do SAP tem vindo a degradar-se, com prejuízos imensos para os seus utentes. Assim, a Assembleia de Freguesia da Marinha Grande, reunida a 28 de Dezembro, exige da Câmara Municipal da Marinha Grande (CMMG) um posicionamento sobre esta situação que tem comprometido a saúde e o bem-estar das populações da freguesia e do concelho.

Certa de que os marinhenses não permitiram o seu encerramento e que desencadearão as acções necessárias para a defesa intransigente deste serviço público, esta Assembleia de Freguesia considera fundamental que a CMMG se pronuncie sobre:

1. As conversações e esforços políticos desenvolvidos junto das entidades competentes para reverter esta situação.
2. O que pretende fazer para, respeitando a vontade popular, defender a continuidade deste serviço, dotando-o de mais e melhores meios, materiais e humanos para servir as populações.

Marinha Grande, 28 de Dezembro de 2017

Proposta

O MPF - Partido da Terna propõe, em Assembleia de Freguesia da Marinha Grande, a 28 de Dezembro de 2017, que a Junta de Freguesia apete a não venda da madeira queimada resultante dos incêndios de 15 out 2017, toda a madeira de forma inequívoca, suportando o Estado todo o puguizo inerente.

Anabela Feliciano
Membro Assembleia JF pelo MPF

28/Dezembro/2017

Declaração de Voto - Partido Socialista

Ponto 1 - Discussão e votação dos Documentos Provisionais para o ano o ano 2018: Opções do Plano: Proposta do Orçamento e PPI - Plano Plurianual de Investimento e Plano de Atividades.

O partido socialista abstêm-se pelos seguintes motivos:

No orçamento da Junta de freguesia a discriminação/informação é insuficiente em grande parte das rubricas. Uma maior discriminação/informação visa a uma maior transparência e rigor dos valores apresentados no orçamento, e dando como exemplo a despesa da rubrica "01.01.07 – pessoal em regime de avença" os valores deviam estar detalhados por tipo de tarefa/avença como acontece no quadro de pessoal em regime de contrato individual de trabalho, sendo um valor elevado e praticamente igual ao valor destinado ao pessoal do quadro (Regime de contrato individual de trabalho), era importante estar detalhado.

Em relação às opções do plano não existe informação referente aos critérios de atribuição dos apoios a entidades nem qual o valor atribuído a cada uma delas.



MOÇÃO

“Em defesa do Pinhal de Leiria”

Os fogos florestais trouxeram de novo, neste ano de 2017, a tragédia ao nosso país. Tragédia que teve início a 17 de Junho com os incêndios de Pedrógão Grande e que culminou a 15 e 16 de Outubro, com a catástrofe que retirou aos marinhenses um extenso e rico património natural, o nosso Pinhal.

A dimensão trágica e brutal destes acontecimentos é, pois, consequência de décadas de política de direita do PS, PSD e CDS no mundo rural, na agricultura, na floresta, no abandono do interior. Política assente na desertificação económica e humana de vastos territórios, na liquidação de milhares de explorações agroflorestais, na falta de rentabilidade económica e na desenfreada expansão do eucalipto.

As condições climatéricas deste Verão foram únicas e terão estado na origem imediata da situação dramática que o país viveu e que os marinhenses agora enfrentam. Mas é necessário sublinhar um outro factor que, no caso da nossa Mata, foi determinante: o desinvestimento na limpeza e manutenção do nosso pinhal. Quem o tutela soube dele retirar matérias-primas mas não soube cuidar e salvaguardar a sua continuidade. A apropriação da riqueza natural e material do Pinhal de Leiria foi inversamente proporcional ao investimento com a sua manutenção e preservação.

O que está em causa não é a necessidade de mais legislação, mas antes de garantir o cumprimento da legislação existente e de assegurar os meios técnicos, financeiros e humanos necessários à sua concretização.

Neste quadro adverso não podemos deixar de transmitir o mais profundo reconhecimento a todos os que, nas diversas áreas da protecção civil, designadamente aos bombeiros e às forças de segurança, intervieram e intervêm para minimizar danos e prejuízos. Urge por isso, exigir a manutenção da gestão pública da mata nacional, com mais e melhores meios financeiros,



logísticos e humanos.

Manifestando desde já enorme preocupação quanto à possibilidade de transferência de competências para as autarquias locais ao nível da gestão da floresta, criação de empresa pública para o efeito ou de qualquer outra forma de municipalização ou privatização do Pinhal de Leiria que, pela sua dimensão e importância deve permanecer dentro da tutela da Administração Central. Ainda assim, estamos conscientes de que cabe naturalmente à Autarquia acompanhar este processo de perto. Assim, a Assembleia de Freguesia da Marinha Grande, reunida a 28 de Dezembro, exige da Câmara Municipal da Marinha Grande (CMMG) um pronunciamento quanto às seguintes questões:

1. Que medidas foram até ao momento levadas a cabo no sentido de controlar a erosão dos solos nas áreas de risco e o arrastamento de cinzas, por forma a impedir a contaminação do Ribeiro de São Pedro e consequentemente dos lençóis freáticos e dos solos?
2. Que acções de limpeza das linhas de água tiveram lugar até ao presente?
3. Que mecanismos foram desencadeados pela Autarquia para garantir a limpeza e posterior reflorestação do Pinhal de Leiria?
4. No processo de reflorestação, estão a ser tomadas medidas no sentido de acautelar as espécies autóctones do Pinhal de Leiria?
5. Tem a Autarquia conhecimento de algum plano de monitorização da fauna e flora do Pinhal de Leiria?
6. Tem a Autarquia conhecimento de algum projecto de recuperação das “Casas da Mata” e do Parque Florestal do Engenho?
7. Tenciona a Câmara Municipal da Marinha Grande proceder finalmente à criação do Museu da Floresta?
8. Tem a CMMG previstas acções de sensibilização, informação, envolvendo a comunidade escolar em torno da preservação do nosso património natural?



9. Até à data que conversações desencadeou a Autarquia com o Governo Central e respectivos ministérios no sentido que dotar o ICNF dos meios necessários para responder a esta situação?
10. Está assegurado que os valores provenientes da venda de madeira ardida serão inteiramente destinados à reflorestação da Mata Nacional?
11. Que medidas estão a ser tomadas pela Autarquia junto do ICNF para a tão urgente e necessária reparação das estradas de acesso à Mata?

Marinha Grande, 28 de Dezembro de 2017